

Filol. linguíst. port., n. 14(2), p. 285-307, 2012.

A Carta-Testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político

Maria das Graças Soares Rodrigues¹

João Gomes da Silva Neto²

Luis Passeggi³

Sueli Cristina Marquesi⁴

Resumo: Apresentamos uma análise linguística da Carta-Testamento de Getúlio Vargas, com foco em aspectos da genericidade, da configuração composicional e do investimento semântico do texto. O suporte teórico-metodológico apoia-se na tradição dos estudos de gênero e da linguística textual, seguindo de perto a abordagem da análise textual dos discursos. De modo específico, a análise procura descrever e interpretar a dupla genericidade do texto, inscrita na própria denominação tradicional do documento, o plano do texto, com detalhamento das fases de abertura e de explicação causal do suicídio, assim como aspectos da dimensão semântica referente à representação discursiva do componente povo, em contraste com as figuras do estadista e da oposição política.

Palavras-chave: Carta-testamento. Genericidade. Organização textual. Representação discursiva. Discurso político.

Nas primeiras horas do dia 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no peito. Na sua mesa de cabeceira foram encontradas duas folhas datilografadas e assinadas: era o documento que passou a ser conhecido como sua “Carta-Testamento”. Trata-se de um dos mais importantes e mais

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: graçasrodrigues@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gonet46@yahoo.com.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: passeggi@supercabo.com.br

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: sueli.marquesi@cruzeirosul.edu.br

conhecidos textos da história política brasileira que teve, na sua época, efeitos realmente “históricos”. Com efeito, algumas horas após o suicídio, o documento foi lido pelo então Ministro da Economia, Oswaldo Aranha, muito emocionado, por telefone, para a rádio Nacional, em transmissão simultânea para todo o Brasil. A difusão da carta desencadeou manifestações populares que evitaram que se concretizasse o golpe de estado que estava sendo preparado. De fato, o impacto do seu gesto extremo na vida nacional leva-nos a admitir, como afirma Skidmore (2010), que “Na morte, como na vida, a ação de Vargas foi calculada para provocar o máximo de efeito político”. Com o suicídio, encerra-se seu segundo mandato à frente da presidência da República, iniciado três anos antes e então mergulhado numa crise generalizada. No seu primeiro governo (1930 - 1945), marcado pela ditadura do Estado Novo (1937 - 1945), Vargas havia sido deposto por um golpe militar.

Considerada essa breve contextualização, apresentamos uma análise linguística desse texto histórico, com foco em aspectos da genericidade, da configuração composicional e do investimento semântico, a partir da tradição dos estudos de gênero (cf. Bakhtin, 1992; Adam, 2011b, Marcuschi, 2002, dentre outros) e da linguística textual (cf. Adam, 2011a, Koch 2004, 2002, 1997; Bentes e Leite, 2010; Marcuschi, 1983), seguindo-se de perto a abordagem da análise textual dos discursos (Adam, 2011a), cuja metodologia é desenvolvida em trabalhos encontrados em Adam (2011a, 2011b), Adam e Heidmann (2011), Passeggi et al (2010) e Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010).

Em um primeiro momento, abordaremos a dupla genericidade do texto, inscrita na própria denominação tradicional do documento: carta-testamento. Em seguida, examinaremos sua configuração composicional, detendo-nos em dois momentos específicos: a abertura e a explicação causal do suicídio. Finalmente, consideraremos a dimensão semântica do texto examinando a representação discursiva do *povo*, em contraste com as figurações do estadista e da oposição política.

É preciso adiantar que certas superposições e pontos de contato desses diferentes enfoques são inevitáveis, posto que toda expressão linguística participa de todos os níveis da organização textual. Assim, todo enunciado, de qualquer texto, remete, simultaneamente, a um gênero discursivo, a um ponto de vista enunciativo, a uma posição sequencial-composicional e contribui para construir uma determinada representação discursiva (Adam, 2011a: 211). Além

das mencionadas acima, outras entradas analíticas são, certamente, possíveis (cf. Adam, 2011a, 2011b; Adam e Heidmann, 2011; Rodrigues, Silva Neto, Passeggi, 2010; Passeggi *et al.*, 2010).

1. O TEXTO

A versão da Carta-Testamento que analisaremos compõe-se de duas folhas, datilografadas, totalizando cinquenta e quatro linhas, organizadas em seis parágrafos, sem assinatura. A versão dita “oficial”, datilografada em três exemplares – um dos quais, assinado – é a que foi lida, primeiramente, na emissão da Rádio Nacional e, em seguida, na cerimônia de sepultamento⁵. A existência de outra versão, mais concisa, manuscrita e assinada, foi revelada somente em 1967, pela filha de Vargas. Utilizamos, pois, neste estudo, a versão datilografada e não assinada, o que exigirá que nuancemos nossas observações sobre o gênero, em função da versão considerada.⁶ É toda a problemática do “estabelecimento do texto” (Adam, 2011a: 65-73) que se coloca e que, no presente caso, revela-se bastante complexa. Transcrevemos aqui essa versão⁷, identificando a segmentação de modo a facilitar sua retomada ao longo da análise.

§1 [1] Mais uma vez, as forças que os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeam sôbre mim.

§2 [2a] Não me acusam, me insultam: não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. [2b] Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. [2c] Sigo o destino que me é imposto.

[2d] Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci.

⁵ O jornalista José Soares Maciel Filho – escritor dos discursos do presidente – teria datilografado a carta, o que levantou dúvidas quanto à sua autenticidade.

⁶ Um estudo da história, das versões e variações da Carta-Testamento, assim como sua análise linguística, está atualmente em preparação pelos autores do presente artigo. Para as versões da carta e sua contextualização, cf. a página da Fundação Getúlio Vargas: www.fgv.br/.

⁷ Conservamos a grafia original.

[2e] Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. [2f] Tive que renunciar. [2g] Voltei ao governo nos braços do povo. [2h] A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [2i] A lei de lucros extraordinários foi detida no congresso. [2j] Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. [2k] Quis crear a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, e mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. [2l] A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. [2m] Não querem que o trabalhador seja livre. [2n] Não querem que o povo seja independente.

§3 [3a] Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruía os valores de trabalho. [3b] Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. [3c] Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. [3d] Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. [3e] Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

§4 [4a] Tenho lutado mes a mes, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silencio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. [4b] Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [4c] Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o desamparado. povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. [4d] Escolho este meio de estar sempre convosco. [4e] Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. [4f] Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vos e vossos filhos. [4g] Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [4h] Meu sacrificio nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. §5 [5a] Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. [5b] Ao ódio respondo com o perdão. [5c] E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. [5d] Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. [5e] Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será

escravo de ninguém. [5f] Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

§6 [6a] Lutei contra a espoliação do Brasil. [6b] Lutei contra a espoliação do povo. [6c] Tenho lutado de peito aberto. [6d] O ódio as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. [6e] Vos dei a minha vida. [6f] Agora ofereço a minha morte. [6g] Nada receio. [6h] Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

2. A DUPLA GENERICIDADE DA CARTA-TESTAMENTO

A designação carta-testamento evoca, imediatamente, dois gêneros textuais – a carta e o testamento – cuja interseção seria identificável, sobretudo, nas suas seções iniciais e finais, com a explicitação do cabeçalho, do lugar, da data e da assinatura, por exemplo. Um terceiro gênero poderia, sem dúvida, ser também evocado, e aqui pensamos no caso da carta de suicídio, perfeitamente pertinente ao tema aqui abordado. No entanto, para o momento, tendo em vista os objetivos mais imediatos deste trabalho, a análise será voltada apenas para os gêneros carta (epistolar) e testamento.

2.1 O gênero epistolar

No que concerne ao gênero epistolar, os estudos linguísticos assinalam a variedade de seus propósitos comunicativos (Silva, 1997; Fonseca, 2005) e descrevem suas características linguísticas (Martins, 2012; Tavares, 2012). Considerando-se que nosso texto em análise foi identificado historicamente como carta-testamento, a hipótese cultural primeira é que, em seu aspecto epistolar, encontraremos a identificação do lugar, a data, o vocativo e a assinatura. São esses elementos que Marcuschi (1983) designa como “fatores de contextualização”, quando propõe um “esquema provisório de categorias textuais” que compreende, ainda, os fatores de conexão sequencial (coesão), os fatores de conexão conceptual-cognitiva (coerência) e os fatores de conexão de ações (pragmática).

De imediato, esclarecemos que os fatores de contextualização de uma carta típica não foram todos cumpridos nesse documento e, na perspectiva analítica aqui adotada, devem ser relativizados, em função da versão considerada. Com efeito, na versão aqui estudada não há indicação de assinatura, nem do lugar, nem data, nem vocativo inicial. Apesar disso, esses elementos são facilmente recuperáveis, tendo em vista suas condições de produção e o contexto político e histórico: trata-se de um documento pessoal, mas ao mesmo tempo “público”, escrito por um Presidente da República até então em exercício, dirigido ao povo brasileiro, tal como ocorre no §4, onde é explicitado o interlocutor.

Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [4b]

Escolho este meio de estar sempre convosco. [4d]

Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. [4e]

Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vos e vossos filhos. [4f]

Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [4g]

Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. [4h]

Essas ocorrências revelam uma interação direta do enunciador com o interlocutor ao qual se dirige: “o povo brasileiro” [4c]. Esse interlocutor concretiza-se em formas pronominais: (a) pessoal, de 2ª pessoa do plural, (“vós”, “convosco”); (b) possessivo, 2ª pessoa do plural (“vosso”, “vossa”). Além dessas formas, o interlocutor também é referido por meio da desinência verbal de 2ª pessoa do plural (“[vós] sentireis”). Essas marcas linguísticas levam-nos, de imediato, a duas constatações:

a) as formas de tratamento destinadas ao interlocutor instauram fronteiras sintáticas, semânticas e pragmáticas de intergenericidade, ou hibridização, na composição do gênero denominado de carta-testamento.

b) a emoção domina o conteúdo da Carta-Testamento:

[4a] resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o

povo que agora se queda desamparado. [4b] Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue.

No arrazoado sobre seu governo e seu papel como estadista, o autor expressa uma atitude emocionada ao se colocar em uma posição de vítima das ações contrárias da oposição política, descritas como “uma agressão constante, incessante”. De fato, como ilustrado em [4a], a carga emotiva é intensificada não apenas pelo seu papel de paciente relativamente às ações implícitas nessa “agressão”, mas também pelo valor circunstancial de continuidade temporal atribuído a essas ações pelos modificadores justapostos “constante, incessante”, cujo conteúdo semântico vem associar-se, como reforço desse *ethos* emocionado, ao aspecto durativo das formas de gerúndio que se lhes seguem: “suportando”, “esquecendo”, “renunciando”. Estas, por sua vez, reforçam a atitude emocionada do locutor-enunciador não apenas pela reiteração do aspecto temporal mas também pelos valores éticos evocados, em que se pressupõem a força da integridade moral e a resistência da resignação ([4b] “Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue.”).

Esses procedimentos linguístico-textuais voltados para o efeito emotivo no discurso da carta são reiterados, ainda, pela presença da anáfora encapsuladora “tudo” [“*tudo* suportando em silêncio, *tudo* esquecendo”] que introduz orações reduzidas de gerúndio. Embora sintaticamente independentes, essas reduzidas apresentam uma relação de interdependência semântica, uma vez que retomam a mesma anáfora encapsuladora “tudo” a qual, ao mesmo tempo, de forma acentuadamente subjetiva, reitera e intensifica a evocação das “forças” [§1] agentes dessa “agressão constante, incessante”, recuperáveis no contexto enunciativo – a crise política em que se encontrava, então, o governo de Vargas. Com isso, a carta-testamento apresenta uma carga de emoção associada à descrição do estado de governo e do próprio estadista, em que procedimentos de textualização marcados pela intensificação semântica e pela reiteração sintática imprimem sentidos parciais e subjetivos aos enunciados, relativamente às imposições históricas determinantes das situações de produção e de circulação do texto. De fato,

[...] mais precisamente, não é a situação que induz a emoção na interação, mas a descrição que lhe é dada. É o sentido contextual, e não o

acontecimento referência bruta que é, então, responsável pela emoção. (Plantin; Traverso; Vosghanian, 2008: 148). (Tradução nossa)

Assim, as formas de tratamento destinadas ao interlocutor e o tom emocionado com que é expressa a tensão vivida pelo autor reforçam o componente subjetivo do texto, aproximando-o da carta pessoal. Associado às condições de produção do texto e à sua visada discursiva, esse componente sinaliza, de forma implícita, para os objetivos pragmáticos do documento, dentre os quais, certamente, o de interagir emocionalmente com o “povo brasileiro” e, ao mesmo tempo, comunicar-lhe o seu legado ideológico.

De fato, em [4a] e [4b], tem-se, respectivamente, o tom confidente e emocionado da interação interpessoal, próprio de uma carta, e o anúncio de um legado, ou seja, um bem [“sangue”] que Vargas anuncia “dar” para o seu interlocutor, a ele dirigindo-se, diretamente ([“vos”]), o que nos leva a pensar, também, no testamento. Enquanto isso, o aspecto subjetivo da emoção pode ser observado mais uma vez, quando o autor, implicitamente, dá a entender que, em troca de “tudo” – termo que retoma e sintetiza as “agressões” sofridas –, dá seu “sangue”, metaforicamente associado à expressão “nada mais”.

2.2 O gênero testamento

A literatura linguística concernente ao gênero testamento não é tão vasta como a que diz respeito ao gênero epistolar. Apesar disso, no entanto, encontramos alguns trabalhos que nos fornecem elementos de definição do testamento, dentre eles, o de Rodríguez (2006), que entende esse gênero como

[...] un documento peculiar, de origen medieval. En sus orígenes se trataba de un documento escrito en el que se hacía confirmación de fe y devoción cristiana. Un momento en el que los que estaban próximos a la muerte confesaban su fe y ponían su alma en paz. Confesaban sus pecados, reparaban los males cometidos y declaraban su última voluntad (...). En cierto sentido el testamento era la preparación para el viaje al más allá. Con acierto, Jacques Le Goff llegó a decir que el testamento era el ‘passeport pour le ciel’. Con el tiempo, los testamentos fueron integrando asuntos paganos, como la declaración de bienes y su distribución entre los deudos. Una especie de relación mundana de los

logros y beneficios económicos de las personas. De esta manera, los testamentos llegaron a reunir lo espiritual y lo material de la vida de los individuos. (Rodríguez, 2006: 18).

Para ampliar essa informação, recorreremos a Sosa et al. (2005), que afirmam:

Los testamentos, esos documentos notariales de naturaleza jurídica en los que un individuo manifiesta su última voluntad, disponiendo de sus bienes y de todo lo que le atañe para después de su muerte, se hacían también en aquella época [séc. XVI] como práctica religiosa y como práctica social pues era un medio de reconocimiento del linaje del testador. (Sosa et al., 2005: 36).

Por sua vez, seguindo a concepção contemporânea de gênero, Belloto (2002) entende o testamento como um

documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal, notarial. Disposição ou declaração solene da vontade do testador sobre aquilo que deseja que se faça, depois da sua morte, com seus bens e fortuna. (Belloto, 2002: 47).

As duas primeiras definições são particularmente interessantes, uma vez que sublinham o fato de que, ao menos em suas origens, o testamento tem uma evidente dimensão religiosa, de “confirmação de fé e devoção cristã”. Mesmo que o aspecto cristão não seja explicitamente posto na Carta-Testamento, ele é facilmente inferido, entre os aspectos políticos, sociais e históricos evocados, de modo que o discurso religioso constitui, sem dúvida, um dos componentes fundamentais na construção dos sentidos desse texto.

Assim, percebe-se, num primeiro momento, um componente de comiseração e compaixão que subjaz às ações de Getúlio, em contraponto com as ações das “forças” de oposição. Trata-se de um procedimento frequentemente presente nas abordagens do discurso político de líderes carismáticos, com os quais se identificava esse estadista, em suas práticas ideológico-eleitoreiras em face das necessidades dos segmentos mais pobres da sociedade da época. De fato, em suas gestões públicas, o testador Getúlio Vargas, seguindo a tradição política populista, partilhou benefícios concretos entre as populações carentes

e as classes trabalhadoras – garantias e leis do trabalho, salário mínimo, leis de proteção social –, como também difundiu ideais de justiça, de solidariedade e de apoio a esses segmentos da sociedade. Em suas práticas discursivas, na construção ideológica do seu governo e de sua imagem de estadista, tais benefícios e ideais não se apresentavam como conquistas populares (advindos, em princípio, de ações de representação popular), mas, ao contrário, eram difundidos e interpretados, na época, como doações ao povo, como resultado de ações pessoais de Getúlio (e não institucionais, apenas). Em função disso, desde então – a máquina da propaganda do regime ajudando, ele costuma ser chamado de “pai dos pobres”. Essa perspectiva histórica das condições de produção do texto ajuda-nos, em certa medida, a entender o caráter testamentário atribuído ao documento, em sua denominação tradicional de “Carta-Testamento”.

O autor também apresenta uma construção de si próprio, cuidadosamente elaborada, com base na figuração religiosa do mártir e salvador, na medida em que se apresenta como aquele que dá seu “sangue” e *oferece* sua vida “em holocausto” [4b-4c], para contrapor-se às ações das “forças [dos] os interesses contra o povo”. Seguindo as características testamentárias do documento, constata-se que a configuração textual associada ao legado vai além da expressão ou do mero registro (comunicação) das últimas vontades do presidente. Com efeito, o documento constitui e aciona um ato declaratório de alguém que deseja que certas ações e atitudes se prolonguem além da distribuição de bens, e isso aproxima o texto da esfera do discurso jurídico. Assim, diferentemente do propósito comunicativo do testamento, que visa a mudanças de estatuto jurídico de bens materiais, o testamento de Getúlio Vargas apresenta-se como a materialidade linguística de um desejo de ação política e social dirigido ao “povo” – seu interlocutor imediato –, como uma promessa de permanência simbólica que, ao mesmo tempo, convoca esse “povo” à luta e à resistência:

[4e] Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. [4f] Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vos e vossos filhos. [4g] Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [4h] Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Estabelecendo seu nome como “bandeira de luta”, Vargas inscreve-se como símbolo, como um ser transcendental, num apelo ao sentido metafísico

da representação religiosa de sua imagem: [5a] “Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência.”. A cena construída a partir do sangue derramado evoca atributos do sagrado que poderiam ser aproximados da figura de Jesus, cujo sangue derramado seria o agente simbólico da redenção dos homens, conforme a perspectiva cristã do sacrifício na cena da Paixão. Com esse procedimento, o locutor-enunciador Vargas se apropria dessa perspectiva e imprime à sua morte, figurada em “cada gota do meu sangue”, um valor de religiosidade que a situa na ordem do sagrado, da imortalidade: ela projeta-se, assim, como “uma chama imortal”, “uma vibração sagrada”. Esse aspecto promissivo, a um só tempo de resistência, sacrifício e permanência simbólica, caracteriza seu legado para o “povo” e ressignifica a própria morte. Com isso, em suma, a hibridização dos dois gêneros, carta e testamento, dá origem a um terceiro gênero, com o qual identificamos esse documento de Vargas: a Carta-Testamento.

3. A CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL DA CARTA-TESTAMENTO

Para examinar a construção composicional do texto da “Carta-Testamento”, recorreremos às noções de plano de texto e de sequência textual. Para Adam (2011),

[...] um texto pode ser constituído de trechos sucessivos que formam subconjuntos em seu interior. O reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis. (Adam, 2011a: 255-256).

Em um nível mais geral, o texto organiza-se em duas partes, cada uma com três parágrafos. A primeira (§1 - §3) apresenta uma descrição dos ataques da oposição ao governo de Vargas - frente aos quais ele se posiciona como vítima - e uma narrativa sucinta de sua história política. A segunda parte (§4 - §6) justifica o suicídio e, ao mesmo tempo, faz um apelo à resistência popular. Nessa economia de planificação, o §4 constitui o pivô do texto, para onde convergem e de onde emanam os movimentos argumentativos do locutor-enunciador relativamente, sobretudo, às representações de Vargas e seus leitores, historicamente situados: as “forças” da oposição, contra as quais

se posiciona, numa interlocução implícita, e o “povo brasileiro”, com o qual se identifica e a quem se dirige, explicitamente, como vimos anteriormente. Mais precisamente, a Carta-Testamento organiza-se em oito conjuntos de enunciados assertivos, estruturados em sequências textuais, aqui percebidas como macroatos de discurso associados a objetivos determinados. Assim, o locutor-enunciador descreve situações e narra eventos e ações que caracterizam os fatos pessoais e de governo, argumenta em favor de suas idéias, explica as motivações de seu suicídio e mobiliza o destinatário “povo brasileiro” com injunções à resistência. Com isso, esses enunciados constituem atos sócio-discursivos visados pelo documento. Notemos que, em seu agenciamento, os conjuntos de enunciados que constituem o plano de texto não correspondem à sua distribuição em parágrafos. Na perspectiva analítica aqui adotada, propomos o plano de texto seguinte.

Plano de texto

Abertura [1] – [2b]: Descrição do estado do governo (situação adversa explicitada); base argumentativa em favor do locutor-enunciador (tese pressuposta); quadro inicial narrativo da “luta” do estadista.
Defesa pessoal e do governo [2c] – [4b]: argumentação em duas narrativas: as histórias de “revolução” e de “resistência”; o “sacrifício” “em holocausto” pela “liberdade social”.
Explicação causal do suicídio [4b]-[4c]: tensão entre dois agentes do querer: a doação de seu “sangue” ao “povo” e a oferta da “vida” às “aves de rapina”.
Promessa e apelo à resistência popular [4d] – [4h]: promessa de apoio; apelo para a resistência; apelo para a adesão à causa populista.
Vontade e legado [5a] – [5c]: “Escolho este meio de estar sempre convosco.”: para o povo (“resistência”, promessa de liberdade) e para a oposição (“o perdão”).
Avaliação da escolha pelo suicídio: [5d] – [5f]: prospecção do legado.
Síntese de sua história [6a] – [6f]: síntese argumentativa em favor do suicídio.
Fechamento [6g] – [6h]: Encerramento da própria história; fechamento implícito da situação adversa inicial.

Nesta seção, a análise incidirá sobre dois momentos particularmente importantes do plano de texto: a abertura e a explicação causal do suicídio.

3.1 Abertura e defesa de si e do governo

O primeiro segmento sequencial ([1] – [2b]) funciona como a abertura do texto e compõe-se de uma descrição prévia do estado do governo, no momento em que a Carta-Testamento é produzida. Nessa abertura, o enunciador constrói o quadro situacional em que são postos em cena os sujeitos e as ações diretamente relacionadas com os fatos e os eventos que levam ao suicídio. É aí que se encontram os enunciados acionais que “Correspondem a uma maneira de descrever pela ação, recorrendo a predicados funcionais habituais.” (Adam, 2011a: 222). O quadro é determinante para estabelecer o duplo objetivo comunicativo do documento, isto é, explicar as razões do suicídio de Getúlio e transmitir suas últimas vontades quanto ao seu legado. Essa hibridização de objetivos encontra correspondência com a hibridização de gêneros já assinalada na seção precedente.

Indo de encontro às expectativas do senso comum diante de situações semelhantes – em que se espera uma explicitação suficientemente direta das motivações do suicídio – o documento retarda a explicação, descrevendo, primeiramente, a pressão de que o presidente e o governo são objeto. Esse estado de coisas constrói uma base explicativa implícita para o desenlace da história trazida pelo texto. A posição inicial desse segmento permite que ele se projete sobre as expectativas de legibilidade e de interpretação de todo o documento.

A Carta-Testamento inicia tematizando “as forças” da oposição política (“os interesses contra o povo”). Trata-se da caracterização de um estado de coisas marcado pela adversidade de ações em que predomina, num primeiro momento, um agente implícito *eles*, expresso pela metáfora dos “interesses contra”, cujo papel é reforçado pela reiteração das formas ativas dos verbos aos quais ele está associado, em uma passagem marcada por propriedades descritivas acionais (Adam, 2011a: 221-222) bastante concentradas [§1 - §2]: *coordenar* (“coordenaram novamente”), *desencadear* (“se desencadearam”), *acusar* (“Não me acusam”), *insultar* (“me insultam”), *combater* (“não me combatem”),

caluniar (“me caluniam”), *dar* (“não me dão”), *sufocar* (“Precisam sufocar”), *impedir* (“empedir minha ação”).

Assim, em posição semântica de objeto dessas ações negativas e opostas desse agente implícito eles, encontram-se duas instâncias explícitas: o “eu” (“mim”, “me”) Getúlio e o “povo” para quem ele se dirige (“vós”, “vos”, “vosso” [4b-4a]). Uma vez assumido pelo locutor-enunciador, o caráter de oposição contra essa primeira instância “eu” (“se desencadearam contra mim”) é realçado pela retomada recorrente do pronome objeto “me” em relação binária opositiva com a negação circunstancial de um “não” reiterado ([2a] “Não me acusam, me insultam: não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa.”; [2b] “para que eu não continue a defender”), mas também pelo valor semântico negativo dos verbos *insultar* e *caluniar* que, dessa forma, vêm reforçar a ideia implícita das ameaças que visam o governo do presidente Vargas, no instante mesmo da escrita do texto.

No centro dessa oposição, situa-se a segunda instância de discurso, o “povo” [“vós”], que se torna, em [2b], o objeto das ações positivas e reativas desse “eu” que, de objeto das ações opositivas e negativas associadas aos interesses contrários, situa-se, no fechamento dessa unidade sequencial, como um “eu” promotor de ações positivas (“defender”; “defendi”) que vêm se opor às ações negativas do agente implícito eles \neg – terceira instância e foco da tensão argumentativa, cujos instrumentos de atuação são figurados como “as forças que [...] se desencadeiam contra mim”. Com essa imagem de *defensor*, o texto apresenta uma imagem de Vargas associada às suas ações positivas em prol do governo e, em decorrência, em defesa de si, justificando, de certo modo e por esse intermédio, a ação extrema do suicídio que, certamente, estava prestes a cometer.

3.2 A explicação causal do suicídio

Adiada pela descrição inicial do estado de tensão e ameaça no qual se encontra o governo ([1]-[2b]), seguido da defesa argumentativa em forma de narrações de *luta e resistência* ([2c]-[4b]), a explicação do suicídio será apenas apresentada em [4c], na forma de um enunciado sequencial em que o tema das formas de oposição ao governo surge retomado, metaforicamente, como “aves de rapina [que] querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o

povo brasileiro” [4c]. Enquanto isso, numa relação metonímica de contiguidade, os elementos “sangue” e “vida” instituem uma relação de similitude entre si (relativamente à descrição acional de “aves de rapina” e de “eu”) e constituem o trânsito entre o agente de um *querer* (“querem”) – instância discursiva não explicitada *eles*, que sintetiza as “forças [...] contra”, agora representadas como “aves de rapina” – e o agente de um *oferecer* (“ofereço”), explicitado pelo sujeito “eu”. Esse trânsito do objeto “sangue/vida” realiza-se, também, no enunciado precedente [4b], em que o “eu” dirige-se a seu interlocutor “vos” (“o povo brasileiro”) como agente de um *dar*: “Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue.”

Dessa dupla ação de *dar* e *oferecer* depreende-se uma explicação do suicídio – representado metaforicamente pela antítese “sangue” e “vida” – como sendo motivado por um *querer obter* por parte dos adversários (*eles* / “as forças [...] contra”, “as aves de rapina”), mas também por um *querer dar* (“escolho essa forma”), por parte do “eu”. Isso nos permite perceber que, subjacente às proposições de superfície, há uma expectativa de *receber* (*recebimento*), por parte dos primeiros, e uma atitude voluntária de *doar* (*doação*), por parte do segundo. A tensão entre esses papéis temáticos – ambos modalizados por um *querer* voltado para um mesmo objeto (“sangue”/“vida”) – estaria, dessa forma, na base da explicação do suicídio – resultado de uma dupla ação (*dar*, *oferecer*) que pode ser percebida, discursivamente, como manifestações do querer testamentário do locutor-enunciador, na expressão de sua *vontade* ou *desejo* final, na materialidade textual da sua “Carta-Testamento”.

A explicação constrói-se, então, em uma dupla relação de causa e consequência modalizada pelo *querer*, mas em oposição quanto às ações e ao trânsito do objeto desse *querer*. A explicação do suicídio pode ser pensada, pois, em duas formulações de papéis temáticos semelhantes, mas com significados distintos e sobrepostos: uma proposição implícita, extraída de [4b], e outra explícita, extraída de [4c], onde encontramos a retomada da relação lógica “se *a*, então *b*”, que equivale a “*b* porque *a*” (cf. Adam, 2011: 238-248). Em outras palavras, a explicação do suicídio pode ser expressa do seguinte modo: SE *eles* “querem” *obter*/[“eu”] “escolho” *dar/oferecer* “meu sangue”/“minha vida” ENTÃO “eu” *ofereço a eles/eu* vos dou “meu sangue”/“minha vida” [eu me suicido]; “eu” *lhes/vos dou/ofereço* “meu sangue”/“minha vida” [eu me suicido] PORQUE *eles* “querem”/”[“eu”] “escolho”.

Nessa perspectiva, o suicídio explica-se, então, por um lado, como sendo motivado pelo querer da oposição política ao governo. Nesse caso, o suicídio assume o valor de uma forma de resistência às pressões que levariam à renúncia formal, em vida, ou a uma nova deposição. Por outro lado, no entanto, o suicídio explica-se, também, pelo querer do próprio Getúlio (“Escolho este meio”) como forma de deixar sua morte como um legado simbólico para “o povo”. No caso, o valor simbólico do “sacrifício” estaria associado aos ideais de *liberdade social e nacional*, materializados, textualmente, em certa medida, na concepção discursiva de um “povo” que, a partir de então e por intermédio desse documento, teria recebido um dom singular (“a energia para a luta” [4f], “no meu pensamento a força” [4g]) que os tornará capazes para também agir – juntamente com seu líder [“eu”] e por ele incitado – contra as “forças” que “Não querem que o trabalhador seja livre” [2m], que “Não querem que o povo seja independente” [2n]. Nesse segundo caso, então, o suicídio não caracterizaria abandono do governo nem implicaria renúncia ao cargo, mas o resultado de ações (ameaça de deposição) por parte das “forças” de oposição política, transmutada discursivamente nos “interesses contra o povo”. E, dessa forma, à imagem do suicida sobrepor-se-ia e impor-se-ia, discursivamente, a imagem da vítima dos agentes dessa oposição, a partir de então perenizada por sua ação extrema em defesa dos “interesses do povo”.

4. A DIMENSÃO SEMÂNTICA DO TEXTO: A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DO POVO

Nas seções precedentes, verificamos que o povo – destinatário primeiro da Carta-Testamento – é um participante essencial dos acontecimentos tal como textualizados. Focalizaremos agora a construção da representação discursiva do componente “povo”, entendida como elemento da dimensão semântica do texto. Para tanto, retomaremos aqui o “postulado de representação” de J.-B. Grize (1990, 1996), segundo o qual as atividades discursivas dos interlocutores são orientadas por um conjunto complexo de representações dos temas tratados, da situação de discurso e dos interlocutores. Assim, todo texto constrói, com mais ou menos detalhes, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu interlocutor e dos temas tratados.

Na análise textual dos discursos, a noção de representação discursiva, ainda que claramente colocada e reconhecida na economia geral das categorias textuais, encontra-se relativamente pouco desenvolvida e incompleta – está ausente, por exemplo, a predicação – (Adam, 2011a: 84-90). Por outro lado, entendemos que as operações de construção identificadas para o período descritivo / sequência descritiva (Adam, 2011a: 171-178) podem ser interpretadas como operações de construção das representações discursivas. Com efeito, constata-se que essas operações são comuns a todos os tipos de sequência (i.é, quanto ao seu conteúdo referencial / descritivo). Trata-se de procedimentos de textualização gerais e elementares que estão na base da construção de todo texto. Elas serão interpretadas semanticamente e completadas pelas contribuições de Grize sobre as operações lógico-discursivas (Grize, 1990, 1996), as quais são, de fato, operações de textualização.

Utilizaremos em nossa análise três categorias semânticas principais, remetendo aos participantes, aos processos e à sua localização: (a) a designação / redesignação dos participantes, no sentido amplo, assim como os papéis semânticos que preenchem; (b) a predicação (verbal), entendida como seleção de predicados – ações, estados, mudanças de estado – e estabelecimento da relação predicativa no enunciado; (c) a localização espacial e temporal, indicando as circunstâncias nas quais se desenvolvem os participantes e os processos.

4.1. Ocorrências do termo *povo*, noções conexas e papéis semânticos

Encontramos nove ocorrências do termo “povo” no texto: é o substantivo mais frequente, presente em cinco dos seis parágrafos. Parafrasearemos os enunciados em que ocorrem, de maneira a apresentar mais claramente suas relações semânticas. (Obs. GV = Getúlio Vargas).

Ocorrência 1: *Há interesses contra o povo. / As forças coordenadas por esses interesses atacaram GV. [1]*

Ocorrência 2: *GV sempre defendeu o povo, principalmente os humildes. [2b]*

Ocorrência 3: *GV voltou ao governo nos braços do povo. [2g]*

Ocorrência 4: *Eles não querem que o povo seja independente. [2m-2n] (ao passo que GV quis criar a liberdade nacional)*

Ocorrência 5: *GV renunciou a tudo para defender o povo. / O povo fica desamparado.* [4a]

Ocorrência 6: *As aves de rapina querem continuar sugando o sangue do povo brasileiro.* [4c]

Ocorrência 7: *GV era um escravo do povo.* [5d]

Ocorrência 8: *O povo não será mais escravo de ninguém.* [5e]

Ocorrência 9: *GV luta contra a espoliação do povo.* [6a-6b]

Destacam-se as predicções que se referem às ações de *atacar* (GV e o povo são atacados, agredidos pelos adversários), de *defender* (GV defende o povo) e de *lutar* (GV luta contra a espoliação). Esses predicados apresentam traços durativos e iterativos (*continuar a...*). O predicado de estado concentra-se em dois enunciados ([5d, 5e]) que permitem depreender a série: GV era escravo > GV era escravo e se liberta > o povo não será mais escravo.

No que se refere à localização temporal dos acontecimentos, ela coincide com a própria história de Getúlio Vargas, desde seu início, “fiz-me chefe de uma revolução e venci” [2d], até seu fim: “saio da vida para entrar na História” [6h]. Na linearidade textual, a representação discursiva do “povo” está articulada com outras noções, sem ser com elas identificada. Assim, a ocorrência 2 estabelece a relação “povo” / “humildes” (este último termo designando um subconjunto). As ocorrências 4 e 9, por meio de paralelismos de construção (“não querem...”/ “não querem...”; “lutei...”/ “lutei...” / “tenho lutado...”) aproximam conceitualmente os termos *trabalhadores* e *Brasil*. Dessa maneira, o texto constrói uma série que é aberta e fechada com “povo”, formando um subconjunto específico:

povo > humildes > trabalhadores > Brasil > povo

Em todas essas ocorrências, o “povo” é apresentado como tendo uma agentividade reduzida, seja nos papéis semânticos de Paciente – vítima dos interesses tramados contra ele –, seja como Beneficiário, sendo defendido por Getúlio Vargas, seja com conotações de Instrumento, quando do retorno de Getúlio Vargas ao poder “nos braços do povo”. A agentividade do “povo” não aparece nos enunciados nos quais este é designado diretamente: surge somente pela mediação das anáforas pronominais, sobretudo no §4 e no primeiro enunciado do §5, como veremos a seguir.

4.2 Povo, sangue e resistência

O enunciado [4a] constitui um ponto de inflexão na construção semântica do texto: “Tenho lutado mes a mes, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.” Com efeito, se os primeiros constituintes desse enunciado sintetizam o esforço e a exaustão do presidente na defesa do povo, o último estabelece uma ruptura e uma antecipação de sua morte: “o povo que agora se queda desamparado”. O enunciado seguinte exprime a renúncia final de Getúlio Vargas: dar o seu “sangue”. Instaura-se, assim, uma isotopia do sacrifício que leva à resistência, sustentada pela tríade “povo” / “sangue” / “vida”, desenvolvida ao longo do §4 e de uma parte do §5. De fato, esses são os substantivos mais frequentes da Carta-Testamento. A imagem das “aves de rapina” que sugam o sangue do “povo brasileiro” metaforiza emocionalmente e redesigna os adversários do povo. Ativa-se, desse modo, um campo semântico de predadores e presas no qual o termo “holocausto” confirma, pela sua remissão ao ritual religioso do sacrifício de vítimas, a relação sagrada que se estabelece entre Getúlio Vargas e o povo, como foi dito nas seções anteriores.

Os enunciados seguintes [4e-4h] expressam uma maior agentividade do “povo”, redesignado por anáforas pronominais e caracterizado como *resistindo à humilhação*, à “fome” e ao *vilipêndio*, com base no “sacrifício” e na “lembrança” de Getúlio Vargas, que proporcionarão, como um legado, “a energia para a luta” e “a força” para a reação. Essa relação direta entre um salvador, Getúlio Vargas, e seu povo apresenta-se como sagrada, inviolável. Assim, a dimensão religiosa expressa na Carta-Testamento – na qual são reconhecíveis motivações e ações da narrativa cristã – é uma parte integrante da construção da representação discursiva do “povo”, tal como se apresenta no texto. E nessa representação, na relação direta com o povo brasileiro, Getúlio Vargas apresenta-se como o seu defensor em vida e seu salvador na morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise examinou, sucessivamente, três aspectos do texto, considerados do ponto de vista de sua produção co(n)textual de sentido: sua

genericidade, sua configuração composicional e suas representações discursivas. A análise da Carta-Testamento como gênero evidencia características de intergenericidade e de hibridização do texto que participam, ao mesmo tempo, do gênero carta e do gênero testamento. Um terceiro gênero, a carta de suicida, poderia ter sido levado em consideração, acrescentando uma maior compreensão à complexidade genérica do documento.

No que se refere à configuração composicional, propusemos uma primeira articulação binária, muito ampla, que se especifica em oito subpartes, das quais analisamos com maiores detalhes a abertura e a explicação do suicídio. Nesta última, o estudo a tensão entre *dar / oferecer*, assim como o querer – da oposição e do presidente – fornece-nos uma grade de interpretação bastante dinâmica que permite acompanhar os procedimentos linguísticos de construção do texto.

Finalmente, a elaboração da representação discursiva do “povo” enseja o acesso ao nível propriamente semântico do texto. Essa noção se constitui segundo uma agentividade crescente, que permite passar de um papel semântico de paciente / vítima a outro, de agente / resistente, a partir da noção de “sacrifício” apresentada por Getúlio, assim como estabelecer uma isotopia “povo” / “sangue” / “vida” que confirma o interdiscurso religioso, uma característica do documento em análise.

Esses três aspectos sustentam-se mutuamente e são, necessariamente, “redundantes”, ratificando uma produção de sentido particular: os §§4 e 5 são exemplares a esse respeito.

Para além da análise concreta, como documento histórico brasileiro, esse texto estimula-nos a aprofundar e precisar as questões de intergenericidade, da relação entre plano de texto e sequências e dos procedimentos de construção das representações discursivas. Sobretudo, exige que nos interroguemos sobre as maneiras pelas quais se articulam, concretamente, para produzir efeitos de sentido textuais, ao mesmo tempo únicos e gerais.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Jean Michel. 2011a. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

_____. 2011b. *Genres de récit: narrativité et généricité des textes*. Louvain-la-Neuve: Harmattan-Academia. (Sciences du langage: carrefours et points de vue).

_____; HEIDMANN, Ute. 2011. *O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

ALLAN, K. (Ed.). [1979] 1992. *Concise encyclopedia of semantics*. Oxford; Amsterdam: Elsevier Science, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. 1992. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 277-326

BELLOTO, Heloísa Liberalli. 2002. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. (Como fazer, v. 8).

BENTES, Anna Christina; LEITE, Marly Quadros (orgs.). 2010. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dirs.). 2000. *Gramática descriptiva de la lengua española: las construcciones sintácticas fundamentales, relaciones temporales, aspectuales y modales*. Madrid: Espasa Calpe. (Nebrija y Bello).

BOUVET, Nora Esperanza. 2006. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Eudeba.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. 2004. *Cognitive linguistics*. Cambridge University Press.

CRUSE, D. A. 2006. *A glossary of semantics and pragmatics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

DELBECQUE, Nicole. 2008. *A linguística cognitiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

EVANS, Vyvyan. 2007. *A glossary of cognitive linguistics*. Salt Lake City: The University of Utah Press.

_____; Green, Melanie. 2006. *Cognitive linguistics: an introduction*. Mahwa; New Jersey; London: Lawrence Erlbaum.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. 2005. *A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife: EDUFPE.

GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Herbert. 2007. *The oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford [UK]: Oxford University Press.

GRIZE, Jean-Blaise. 1996. *Logique naturelle et communications*. Paris: PUF.

_____. 1990. *Logique et langage*. Paris: Ophrys.

JACKENDOFF, Ray. 2010. *Meaning and the lexicon: the parallel architecture 1975-2010*. Oxford [UK]: Oxford University Press.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. 2004. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2002. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.

_____. 1997. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto.

LANGACKER, Ronald Wayne. 2008. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford University Press.

_____. [1987] 1991. *Foundations of cognitive grammar*. Vol I e II. Stanford [CA]: Stanford University Press.

LONGHI, Julien. 2011. *Visées discursives et dynamiques du sens commun*. Paris: Harmattan.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio: Lucerna. 19-36.

_____. 1983. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Recife: EDUPE.

MARTINS, Marco Antonio. 2012. “Você também esta escrevendo brasileiro”: uma análise da colocação de clíticos em cartas de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal: EDUFRN. 231-263.

PASSEGGI, Luís *et al.* 2010. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marly Quadros. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das perspectivas no Brasil*. São Paulo: Cortez. 262-312.

PLANTIN, Christian; TRAVERSO Véronique; VOSGHANIAN, Liliane. 2008. Parcours des émotions en interaction. In: RINN, Michael. *Émotions et discours: l'usage de passions dans la langue*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes (PUR). 141-162.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGGI, Luís (orgs.). 2010. *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez.

RODRÍGUEZ, Pablo. 2006. Testamentos de indígenas americanos: Siglos XVI – XVII. *Revista de História* 154, 1. 15-35.

SILVA, Vera Lúcia Paredes P. 1997. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, Ingedore Villaça; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. *Tópicos em linguística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN. 118-24.

SKIDMORE, T. 2010. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Campinas. São Paulo: Companhia das Letras

SOSA, Enrique Obediente et al. 2005. Análisis documental y lingüístico de un testamento merideño del Siglo XVII. *Boletín de Lingüística*. enero-junio, 23. 36-60.

TAVARES, Maria Alice. 2012. E em cartas escritas por Câmara Cascudo: primeiras considerações versando o conector “e”. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal: EDUFRN. 265-292.

TAYLOR, John Robert. 2002. *Cognitive Grammar*. Oxford University Press.

Getúlio Vargas’ Testament Letter : genericity and text organization in political discourse

Abstract: This paper presents a linguistic and discursive analysis of Getulio Vargas’ Testament Letter, focusing on aspects of genericity, compositional configurations and the semantics of the text. The theoretical-methodological support resides on traditional gender studies and textual linguistics, closely approaching the textual analysis of discourse. More specifically, the analysis seeks to describe and interpret the double genericity of the text, ingrained in the traditional nature of such document, the text plan, with a more detailed view of the opening stages and the causal explanation for the suicide, as well as semantic dimension aspects related to the discursive representation of the people component, in contrast to the statesman’s figurations and the political opposition.

Keywords: Testament Letter. Genericity. Text Organization. Discursive Representation. Political Speech.